

DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Caio, motorista de empresa transportadora de passageiros, percebe, à sua frente, um piquete grevista, que já ateara fogo a outros ônibus, que ainda estavam em chamas. Freou, bruscamente, e, em hábil manobra, conseguiu desviar o veículo, escapando por pequena rua lateral. Lívia, passageira do ônibus, e em razão da freada, é arremessada para a frente, caindo entre os bancos e sofrendo graves lesões físicas, que lhe deixaram seqüelas. Ajuizada a ação indenizatória em face da transportadora, defendeu-se ela alegando que o dano foi causado por fato exclusivo e predatório de terceiros, rompendo-se o nexos causal, e que o seu preposto agiu em estado de necessidade. Decida a questão, considerando-se verdadeiros os fatos alegados.

2ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Caio, Mévio e Tício são co-locatários de um imóvel de Semprônio. Por culpa de Caio o imóvel incendiou-se, perdendo-se inteiramente. O locador ajuíza ação reparatória em face dos co-locatários, exigindo deles o pagamento de R\$ 60.000,00, correspondente ao equivalente da prestação da obrigação de restituir, acrescidos de R\$ 30.000,00, à título de perdas e danos, inclusive lucros cessantes, e juros de mora, na base de 0,5% ao mês, a partir do fato danoso. O Juiz acolheu a pretensão autoral e condenou os réus ao pagamento dos valores reclamados, que foram integralmente pagos por Caio, a quem o autor deu geral quitação. A seguir, Caio regressou contra Mévio e Tício, para lhes exigir os respectivos quinhões, na dívida comum, invocando a solidariedade, ao que ambos resistiram. Considerando verdadeiros os fatos alegados, decida a questão.

3ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Caio vendeu à Tício um terreno de sua propriedade, mas que há cinco anos é ocupado por Mévio, que ali instalou sua residência, julgando-o abandonado. No corpo da escritura pública de compra e venda o alienante transferiu ao adquirente o domínio, posse, direito e ação, em virtude da cláusula "constituti", ali expressamente referida. De que ação dispõe Tício, e em face de quem, para obter ou recuperar a posse do imóvel? Justificar a resposta, inclusive examinando se persiste em nosso Direito o constituto possessório, tendo em vista a redação dos arts. 1205 e 1223 do NCC, em comparação com a dos arts. 494 e 520 do Código anterior?

Obs.: UM PONTO PARA O CONCEITO EM RELAÇÃO À CORREÇÃO DA LINGUAGEM, CLAREZA DE EXPOSIÇÃO, LETRA LEGÍVEL, RACIOCÍNIO LÓGICO E JURÍDICO, E OBJETIVIDADE.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Em hipótese de denunciação da lide frente à responsabilidade objetiva do Estado (denunciante), caberia a anulação do processo, ao seu final, baseada no indeferimento da aludida denunciação e sob os argumentos, entre outros cabíveis, de violação ao art. 70, III, do CPC e postergação do interesse público?

2ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Determinada empresa afirma que transitou em julgado, pela falta de recurso cabível, acórdão concessivo de Mandado de Segurança que declarou sua imunidade à cobrança de determinado tributo relativo a operações com combustíveis e derivados. O acórdão, favorável à empresa, diverge de vários outros, inclusive do S. T. F., que julgaram constitucional e legal a cobrança do tributo, da qual ela fora declarada isenta. Pergunta-se: estará a empresa, de fato, desobrigada, indefinidamente, do pagamento do tributo, que vem sendo recolhida por inúmeros outros contribuintes, apenas porque o Estado não recorreu tempestivamente do acórdão concessivo da segurança? Quais as possibilidades de êxito, diante dos fundamentos do acórdão do S. T. F., do ajuizamento de uma ação rescisória fundada nesse acórdão e os efeitos de sua eventual procedência?

3ª QUESTÃO (VALOR: TRÊS PONTOS) :

Em Ação de Nunciação de Obra Nova, é concedida a liminar de embargo. Verificado, pelo laudo pericial e demais provas, que a obra já está concluída, qual a solução a ser dada à lide? Caberá a conversão do pedido em demolitório? Como se determina a data relativa ao término das obras? Cabe a indenização na hipótese, independente da solução conferida à questão de fundo (nunciação)?

Obs.: UM PONTO PARA O CONCEITO EM RELAÇÃO À CORREÇÃO DA LINGUAGEM, CLAREZA DE EXPOSIÇÃO, LETRA LEGÍVEL, RACIOCÍNIO LÓGICO E JURÍDICO, E OBJETIVIDADE.